

CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DE UM ARTIGO DE BERNARD KAYSER

Durante o segundo semestre do ano de 1973, os membros da Área de Geografia Humana e Econômica do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo debateram, em reuniões culturais, o texto de Bernard Kayser intitulado *Le Nouveau Système des Relations Villes-Campagnes — Problèmes et Hypotheses a Propos de L'Amérique Latine, Toulouse, 1972*. (1)

O artigo que se segue representa o resultado do debate de que participaram: Amália I.G. Lemos, Ana Maria Marangoni, Armando Corrêa da Silva, Claudete B. Junqueira, Iraci Gomes Palheta, José Carlos Mantovani, Léa Goldenstein, Liliana L. Fernandes, Manoel F.G. Seabra, Moacyr Marques, Pasquale Petrone e Renato S. Mendes.

Segue-se a reprodução do original recebido.

CAPITALISMO CONCORRENCIAL E CAPITALISMO MONOPOLISTA

Foi amplamente discutida a premissa apresentada por Bernard Kayser que caracteriza a economia do modo de produção capitalista do mundo atual como liberal. Considerando que uma das características comuns da economia contemporânea, qualquer que seja o seu estágio (desenvolvido ou subdesenvolvido) e qualquer que seja o sistema econômico (capitalista ou socialista), é a de apresentar estruturas econômicas fortemente dirigidas, quer pelo Estado, quer — na

(1) O assunto foi posteriormente publicado pelo autor em duas oportunidades sem alterações fundamentais em relação ao texto original, em que se baseou o debate:

Kayser, B. — *El Espacio Rural y el Nuevo Sistema de Relaciones Ciudad-Campo*, traducción de Carlos Carreras. *Revista de Geografia*, vol. VI, nº 2. Barcelona, 1972.

Kayser, B. — *Le Nouveau Système des Relations Ville-Campagnes — Espaces et Sociétés*, nº 8, Fev. 1973, págs. 3-14. Ed. Anthropos. Paris, 1973.

economia capitalista — também pela poderosa força econômica, representada pelas grandes concentrações de capital, concluiu-se que não cabe a premissa do autor.

Embora não aceitando a presença de economias liberais, no sentido que aparentemente foi dado pelo autor, concordou-se inteiramente com as conclusões a que chega o texto:

a — de que cidade e campo constituem um sistema único de relações;

b — de que o espaço rural, no mundo capitalista, em seu conjunto, é dependente de seu modo de produção.

Considerando o papel ascendente do Estado e dos organismos econômicos multinacionais, o “espaço econômico”, no mundo atual, se define cada vez mais como único, apesar dos diferentes espaços políticos e culturais. Este espaço econômico é resultado de formas de atuação estatais e empresariais altamente diretivas e que se opõem frontalmente à noção de liberalismo.

PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Procurou-se caracterizar com mais precisão o que o autor considerou como “modo próprio de utilização do solo”, quer no seu sentido mais amplo, como no que concerne ao caso paulista. Evidentemente, a organização do espaço urbano difere da do espaço rural, como bem observa o autor, porém, estas diferenças variam em decorrência do estágio em que se encontram as relações cidade-campo. A partir do exemplo paulista procurou-se chegar à compreensão de processos mais amplos que, ressalvadas as peculiaridades locais, seriam passíveis de generalização.

a — no Brasil, é em São Paulo que é mais avançado e mais generalizado o processo de penetração capitalista no campo: no entanto, no próprio Estado de São Paulo, mesmo próximo à capital, ocorrem áreas em que são bem identificáveis atividades produtivas em contradição com o modo de produção capitalista. Porém, cabe ressaltar que estas formas relíquias de exploração estão passando por um rápido processo de eliminação.

b — o Estado de São Paulo, que até o terceiro quartel do século passado era o domínio de uma economia predominantemente rural, de subsistência ou de sustentação de outras áreas do país (áreas de mineração), passou por transformações radicais com a “marcha do café”. A atividade rural foi organizada para atender o mercado externo e, neste sentido, instalou-se a infra-estrutura comercial urbana, portuária e de circulação. As ferrovias cortaram o interior de São Paulo, levando o café dos centros interioranos para o porto.

Organizou-se a hierarquia urbana em função do café: a cidade de São Paulo define-se como o grande centro de decisão e de canalização da produção para o exterior; as cidades centros das áreas produtoras são também cabeça de ponte para uma nova expansão.

Em uma primeira fase, a área rural comporta-se face às áreas urbanas como bacia de recepção, cada bacia comandada por uma cidade, geralmente, estação ferroviária. Embora o poder político fosse detido no país pela classe dos fazendeiros, o mundo rural, no seu conjunto, era totalmente dependente do setor mercado externo.

c — as mudanças que começam no início do século acentuam-se depois da Primeira Guerra; o crescimento urbano acelera-se; intensifica-se a industrialização ocorrendo mudanças na produção agrícola e a monocultura cede lugar a outras culturas, muitas delas já em grande parte desvinculadas do mercado externo.

Na fase atual, a diferenciação urbano-rural, que já vinha se atenuando, diminui sensivelmente, à medida que a população urbana do Estado se torna mais importante do que a rural e concretiza-se um mercado interno estável, que leva a uma organização mais complexa e ao mesmo tempo mais especializada do uso do solo. A atividade agrária deixa de ser um atributo de uma classe de produtores, que detém a posse da terra e tende a vincular-se cada vez mais diretamente a grandes empresas agrícolas capitalistas, que organizam a produção agrícola em função das tendências da demanda.

MERCADO INTERNO E URBANIZAÇÃO

Os fatos mais recentes que caracterizam esta mudança podem ser indicados nos seguintes aspectos: a) diminuição relativa da produção voltada para o exterior, definindo-se um importante mercado interno, urbano, relacionado com a "segunda revolução industrial" de São Paulo; b) reorganização das áreas rurais quanto às formas de uso do solo, que se expressa fundamentalmente através de especializações de áreas e considerações de ordem ecológica; c) crescimento da população urbana em detrimento da população rural, através de um processo de êxodo do campo para as cidades e das cidades menores para as maiores, chegando-se assim a uma redistribuição demográfica que se expressa, de um lado, por uma população urbana numericamente superior à rural e, por outro, por uma concentração cada vez maior nos grandes centros urbanos. Este novo fato da distribuição da população leva a uma nova forma de encarar o problema cidade-campo. De fato, atualmente as contradições, antagonismos e diferenciações historicamente considerados no plano *espaço urbano-espaço rural*, tornam-se muito mais evidentes e acentuados dentro das próprias cidades.

Com efeito, esta redistribuição da força de trabalho não tem encontrado paralela capacidade dos centros urbanos de absorver a mão-de-obra liberada por qualquer processo de modernização ou de transformação das relações de trabalho no campo. Definem-se situações diferentes que vão desde a parcial absorção, caracterizada pelo subemprego, até a permanência, no plano profissional (ou no plano da atividade econômica), de liames do homem ao campo, situação típica do "volante", que, levado a residir na cidade, permanece na sua condição de proletário rural. (O "volante" não tem residência fixa. Além dele, há o tipo regionalmente designado "bóia-fria", no Estado de São Paulo, que reside nas cidades e trabalha no campo).

EXÉRCITO DE RESERVA

Interessa destacar que este deslocamento das populações rurais para as cidades constitui uma das formas mais características de formação no Brasil do que se convencionou chamar de "exército de reserva industrial", nos últimos 40-50 anos. No caso dos "volantes" — até que ponto os casos conhecidos para as zonas canavieiras do Nordeste não deveriam ser considerados do mesmo modo? — todavia, não se trata, na sua essência, de populações expulsas do campo por não necessárias à produção. Na realidade, não se trata de êxodo rural típico na medida em que não ocorre total mudança de atividade. Chega-se, assim, no Estado de São Paulo e em outros, a uma situação de certo modo oposta a que vem ocorrendo na Europa industrializada, onde, cada vez mais, populações, que permaneceram habitando o campo, passaram a ter atividades urbanas, enquanto no Brasil parte da população, dita urbana, trabalha no campo, compondo um "exército de reserva agrícola".

Enfim, no plano demográfico verifica-se um esvaziamento do campo e, no plano social, uma transferência dos problemas de antagonismo e diferenciação para o âmbito da própria cidade.

TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

Outro item amplamente discutido foi a transformação das relações financeiras entre a cidade e o campo, limitando-se as considerações ao caso paulista. As discussões desenvolveram-se em torno de duas questões: a) o que se entende, dentro do modo de produção capitalista, por transferência de capitais do campo para a cidade; b) que transformações teriam ocorrido, a este propósito, com a acentuação do caráter capitalista das atividades agro-pastoris no Estado de São Paulo, particularmente, nas duas últimas décadas, caracterizadas, além disso, por um forte deslocamento de populações das zonas rurais para

as cidades e, no fenômeno urbano, pelo crescimento acentuado — além da capital — das chamadas capitais regionais.

O processo de implantação de uma atividade agro-industrial em grande escala — caso de uma “bacia canavieira” — implica na aplicação de vultosos recursos iniciais. Após a implantação, os recursos necessários para a renovação do ciclo produtivo são bastante menores, o que, aliás, significa, obviamente, que, no modo de produção capitalista, as rendas obtidas na produção têm que ser superiores às necessidades de reprodução do processo produtivo.

Para que os lucros não fossem em grande parte transferidos para as cidades, seria necessário que se encontrassem no campo condições econômicas que permitissem nele a rentabilidade mais vantajosa para o capital. Ocorre que, dentro da situação histórica atravessada pela economia paulista nos últimos 40 anos, a balança parece ter-se inclinado cada vez mais em favor da aplicação de capitais nos centros urbanos — particularmente na metrópole e nas capitais regionais. Trata-se efetivamente de um processo de mudança de recursos, que, do ponto de vista do empresariado, configura-se como um simples processo de saída de recursos excedentes, que, dadas as características das relações de trabalho e das relações técnicas de produção vigentes neste período, não encontrariam no campo, em geral, condições de rentabilidade mais favoráveis que as existentes nos centros urbanos.

A passagem de capitais do campo para a cidade assume variadas formas. Por exemplo, aquela decorrente diretamente da alteração dos termos de troca entre produtos do campo e produtos da cidade (industriais).

O aumento da tecnificação, nitidamente constatada na agricultura paulista provoca aumento da produtividade de numerosos produtos. Por outro lado, a expansão dos mercados consumidores urbanos poderia também estar significando tanto a possibilidade de absorção desta produção acrescida, quanto o próprio aumento de seu valor comercial. Mas, boa parte dos ganhos de produtividade é transferida para o setor urbano-industrial dado o aumento generalizado maior dos equipamentos e insumos fornecidos ao campo. Além do mais, fazendo face às necessidades de consumo das classes sociais urbanas — classe operária e classe “média” —, os poderes públicos têm interferido sistematicamente no sentido de controle para a contenção dos preços dos produtos agrícolas.

Outra forma de transferência de capitais do campo é o da renda da terra, obtida através de arrendamento e de parceira, relações de trabalho bastante presentes ainda no Estado de São Paulo. Caberia

ver, no caso, em que medida tais rendas, geralmente auferidas por grandes proprietários, sairiam do campo.

O aumento do desvio de capitais das áreas de produção, em razão do crescente deslocamento das massas trabalhadoras rurais, e mesmo de empresários, do campo para a cidade, não seria forçosamente necessário, desde que os investimentos sociais para a renovação do processo produtivo pudessem ser feitos nas zonas urbanas destas áreas de produção.

Com este deslocamento para as cidades, no caso dos assalariados, os recursos econômicos deslocados seriam da mesma monta daqueles necessários para mantê-los dentro das propriedades. Para os empresários, de fato, praticamente desaparecem as aplicações de recursos próprios para atendimento das necessidades dos trabalhadores.

Aliás, parte cada vez mais considerável dos recursos diretamente investidos na produção não é resultante da aplicação dos lucros dos empresários rurais, mas, proveniente das variadas formas de financiamento e incentivos fiscais, que, no Estado de São Paulo, já se difundem, inclusive, entre pequenos e médios empresários rurais, recursos estes predominantemente oriundos de bancos oficiais.

A propósito, a atuação da rede de estabelecimentos bancários e financeiros na mudança de capitais das áreas rurais para as cidades deveria ser medida através do cotejo entre os níveis dos depósitos ou aplicações feitas pelos habitantes, que retiram seus recursos da produção rural, e o nível das aplicações sob as mais variadas formas feitas por esta mesma rede no campo.

Em resumo, parece configurar-se como característica do próprio momento do sistema econômico, com passagem do domínio da agricultura para a indústria e penetração acentuada do empresário agrícola capitalista no campo, uma situação global de captação de capitais gerados pela produção no campo. Esta seria a resultante, o que não significa dizer que o investimento de capitais oriundos da cidade no campo não seja, inclusive, uma feição desta fase da economia, o que, no tempo e no espaço, pode configurar situações particulares de domínio de penetração de recursos, ao invés de evasão. Caso, na atualidade, por exemplo, de áreas recebendo investimentos consideráveis para o reflorestamento — fase de implantação — ou caso de áreas dos arredores da capital, onde, inclusive os habitantes da cidade em boa parte investem de modo produtivo.

DESAPARECIMENTO DO ARTESANATO

O problema pode ser encarado de dois modos: de um lado, a destruição do artesanato como atividade, verificando-se contudo a so-

brevivência do artesão, que passa a inserir-se de modo equilibrado numa economia em mudança; de outro lado, a ruína do artesanato e do artesão. Exemplos da primeira situação, encontraríamos em Santa Catarina, onde numerosos são os casos de artesãos, geralmente de origem européia — alemães e italianos —, que transformaram sua atividade artesanal em industrial. Exemplos do segundo caso são numerosos e encontrados em toda parte, onde a existência de um artesanato voltada para a satisfação de necessidades próprias e simples sucumbiu frente à penetração de produtos industriais. No Estado de São Paulo, são representativas as áreas de cultura caipira, onde a presença de um artesanato rústico — fabricação de objetos para uso doméstico — desapareceu frente a infiltração e concorrência industrial juntamente com o desaparecimento de outros traços culturais.

De qualquer forma, seja em um ou no outro caso, verifica-se, de fato, o desaparecimento do artesanato rural e abertura deste mercado para os produtos industriais e a intensificação das relações cidade-campo, levando-se em consideração, naturalmente, o nível aquisitivo da população rural.

DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO DAS CIDADES

A idéia geral do autor, de tendência a desenvolvimento auto-sustentado das cidades, foi aceita. No caso brasileiro, o referido processo estaria todavia ainda embrionário. Em certas áreas do Estado de São Paulo já foram atingidos níveis mais avançados. Mas, em grande parte do Estado, permanece ainda a situação de intimidade entre quadros urbanos e quadros rurais circunjacentes. Esta intimidade não se encontra ao nível de determinação local das atividades produtivas, mas, ao nível de sustentação desta mesma atividade definida por decisões tomadas em áreas remotas.

A sugestão do autor deveria ser enriquecida com a de mudanças nos tipos de relações de dependência. Mudanças de zonas rurais face a quadros urbanos próximos para dependência destas mesmas zonas rurais face a quadros urbanos mais importantes, significando hierarquização de médios e pequenos centros urbanos para com centros metropolitanos.

A afirmação de tendência de desenvolvimento econômico auto-propulsionado para o fenômeno urbano como um todo é válida. Mas, a idéia, se desvinculada — nas cidades de um determinado espaço — apenas das relações cidade-campo, torna-se falha, visto que o fato de diminuir ou se atenuarem as relações cidade-campo não significa necessariamente que determinada cidade ou grupo de cidades tornem-se autopropulsionadas. Ocorre que são propulsionadas dentro

de um sistema de relações mais complexo em que os estímulos vêm de cidades maiores. Sob este aspecto, as próprias relações cidade-campo fazem-se em outra dimensão espacial, com os impulsos para o campo provindo também das grandes cidades consumidoras de matérias-primas e alimentos. (Cabe lembrar que, numa economia colonial de exportação configuram-se também situações de estímulo a grandes distâncias: metrópoles e metrópoles satélites, de modo que cabe a questão de se, no caso do Estado de São Paulo, esta situação não vem pelo menos desde a implantação da cultura cafeeira).

Existem pelo menos duas ordens de fatos que não excluem as relações diretas entre cidade e campos vizinhos. Uma é referente à mão-de-obra que o campo busca cada vez mais nos centros urbanos próximos. Além disso, se a pequena cidade perde cada vez mais participação no circuito econômico local, ela ganha em equipamentos de serviços, enfim, em instrumentos de sustentação de uma economia que não é mais local, mas, nacional ou internacional.

A modificação das relações cidade-campo próximas, decorrente da perda de significado econômico da cidade pequena, é basicamente o resultado do processo de concentração econômica.

AUTODETERMINAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS CIDADES

Como tendência, a observação foi aceita, dado que parece natural que, com a progressiva diminuição da população rural, a população urbana passe a desenvolver-se essencialmente às suas custas. No Brasil, no entanto, não se saiu ainda de uma situação em que o fato urbano cresce, sobretudo, em função de processos migratórios internos, principalmente, rurais-urbanos.

Numa situação de crescimento urbano com forte afluxo de migrantes rurais, como em São Paulo, por exemplo, não se propõe o problema de equilíbrio tradicional.

CONCEITO DE "A-ESPACIAL"

Deve este conceito ser entendido no plano das decisões, ou seja, decisões cuja gênese não se relaciona especificamente com a área onde se aplicam. Neste sentido, trata-se de fatos muito antigos, embora seja verdade que, no mundo de hoje, é uma característica cada vez mais dominante da economia. As decisões — num espaço econômico uno como é o do globo, atualmente — são cada vez mais "a-espaciais". De qualquer modo, tais decisões se aplicam através de feixes de relações que incidem sobre o espaço geográfico e, neste sentido, foi questionável a propriedade de aplicação do referido conceito.

LE NOUVEAU SYSTEME DES RELATIONS VILLES-CAMPAGNES PROBLEMES ET HYPOTHESES A PROPOS DE L'AMERIQUE LATINE

Les géographes, qui ont habitué leurs lecteurs à privilégier le *paysage*, reconnaissent dans la campagne — l'espace rural — un type de territoire caractérisé par sa physionomie. Cette approche, qui se fonde sur une évidence phénoménologique, a souvent conduit à négliger l'analyse des structures et surtout, dans celle-ci, à éviter de poser en termes clairs le problème fondamental, qui est celui des *liens de dépendance*: l'espace rural est, comme le reste du territoire, le lieu de la domination du mode de production capitaliste. L'examen des formes complexes de cette domination est fondamental.

Le mode de production capitaliste, dans la plupart des pays sous-développés comme dans les pays industriels d'économie libérale, *intègre* aujourd'hui profondément la ville et la campagne: l'appartenance de cette dernière à un système unique dont le commandement lui échappe totalement détermine en premier lieu sa nature.

Pourtant, au niveau des superstructures et en particulier à celui de l'organisation spatiale, la campagne se présente comme un "milieu" original et se définit, tous comptes faits, comme un *mode propre d'utilisation du sol*. On n'hésitera pas à écrire que, par rapport à la ville, la campagne est caractérisée par:

- a) un rapport relativement faible entre les surfaces et les hommes;
- b) un usage productif à prépondérance sylvo-agro-pastoral;
- c) une productivité généralement faible du travail;
- d) des disparités et des décalages notoires, séquelles sociales et culturelles d'une situation historique d'isolement ou d'extériorité;

Pour bien comprendre le "phénomène rural", il importe donc à la fois de l'identifier dans son originalité et de le replacer dans le système global.

C'est à propos de cette seconde démarche qu'on tentera ici schématiquement de poser quelques problèmes et d'avancer quelques hypothèses de Travail, en partant de l'idée que le système traditionnel des relations villes-campagnes, encore aujourd'hui couramment décrit, est désormais remplacé par un nouveau système dont il importe d'analyser le modèle.

1. *Le modèle classique.*

En gros, le modèle classique présente les relations villes-campagnes comme caractérisées par une domination à courte distance et par une exploitation de la campagne par la ville dans le cadre d'un système spatialement et socialement hiérarchisé, assumant des contradictions et des oppositions vigoureuses: les liens n'excluent pas l'isolement et une relative autonomie.

Ces villes sont, en règle générale, petites et relativement nombreuses et elles domient respectivement un ensemble limité de terroirs ruraux.

A l'intérieur de cette "tombée" ou zone d'influence, le système de relations s'applique aux plans économique, financier, social, démographique, culturel et politique.

Sur le plan économique, la production agricole locale constitue non seulement la source de l'alimentation urbaine mais aussi, par le peu de la rente foncière et de divers prélèvements, l'un des moyens essentiels de l'enrichissement citadin: la collecte des produits et leur commercialisation sont très tôt liés à la croissance urbaine. Mais au fur et à mesure que la manufacture et les importations ruinent l'artisanat qui est en bonne part rural, la campagne devient aussi un large marché de consommation pour les produits fabriqués ou répartis par la ville. L'interprétation économique reste fondamentale pour les deux pôles.

Sur le plan financier, avec les caractères particuliers des investissements capitalistes à la campagne, l'inégalité des flux s'avère des plus nettes: les propriétaires fonciers retirent de la terre des revenus qu'ils n'y réinvestissent pas tandis que les banques et l'Etat s'acharnent à drainer l'épargne des paysans.

Sur le plan social, les relations économiques renforcent une classe de grands propriétaires rapidement devenus citadins et font naître la classe mercantile qui saura se renforcer et prendre de l'ascendant. L'afflux des prolétaires d'origine rurale, plus souvent mendiants que migrants d'ailleurs, prépare l'armée de réserve dans laquelle la croissance industrielle et urbaine puise selon ses besoins.

Sur le plan démographique, la surcharge des campagnes alimente donc un flux qui bénéficie aux villes, mais l'exode rural, consécutif aux crises structurelles ou conjonctuelles, n'explique pas tout: le marché du travail urbain, peut devenir attractif, et constituer le pôle de mouvements accélérés

Sur les plans culturel et politique, enfin, la domination urbaine est également évidente encore qu'elle ne prenne de la consistance qu'à partir du moment où le "monde rural" est devenu un enjeu: la diffusion des modèles culturels citadins va de pair avec l'élargissement de marché de consommation, la recherche de la clientèle politique débute avec les pratiques électorales.

La domination urbaine sur la campagne caractérise donc classiquement un système de relations violemment asymétrique. Toute l'organisation hiérarchique coloniale ou héritée de la colonisation tend d'ailleurs à le renforcer. En de nombreuses régions, il est apparemment encore en place: mais, en profondeur, c'est un autre système qui se construit.

2. *La dynamique d'intégration.*

A force de citer la désintégration — économique, sociale, culturelle — comme l'un des corrélats les plus évidents du sous-développement, on finit par laisser dans l'ombre la réalité des intégrations qui ont propagées dans le monde le progrès des communications et la construction d'Etats "indépendants".

Pourtant, vue en tout cas du niveau de l'individu, la dynamique de l'intégration n'est pas discutable: la multiplication des liens tangibles qui se sont créés en quelques années (après 1950) entre les paysans et la ville en témoigne. La commercialisation accrue des produits et l'entraînement en spirale des besoins et des aspirations, la conquête rapide du marché formé par les consommateurs ruraux, la diffusion universelle de l'information et de la culture par les mass media, la scolarisation, la surveillance sanitaire, la mise en place accentuée des dispositifs administratifs et répressifs, sont des éléments d'un processus qui accroît la dépendance de l'individu en l'intégrant.

Cette phase d'intégration est inévitable: aucun développement ne peut d'ailleurs être trouvé dans une société hors de la mise en présence d'innovations, hors de la stimulation par la demande externe (ravitaillement des villes, exportations) et donc hors de contacts avec l'extérieur. Mais elle s'accompagne, dans la logique du système capitaliste, d'un anéantissement des valeurs traditionnelles, qui ne pourront plus être retrouvées, et de la désintégration d'une société locale, voire régionale, par la destruction des relations de proximité.

L'intégration du monde rural à l'économie globale est donc corrélative de la *désarticulation de l'espace*, qui est l'une des conséquences géographiques et sociales les plus évidents des nouvelles formes de la croissance.

Dans les pays d'Amérique latine en particulier, l'analyse de cette dynamique d'intégration est rendue délicate par la succession très rapide sinon la contemporanéité des deux phases observées, par exemple, dans les pays industriels: une longue phase de pénétration de l'économie capitaliste et une phase explosive très récente introduisant le nouveau système des relations villes-campagnes. Mais, malgré ces difficultés d'observation et d'ailleurs la rareté des études approfondies, il est possible de distinguer les aspects et les facteurs de ces processus. On insistera ici sur ceux qui déterminent le nouveau système des relations.

3. *Le changement et ses facteurs.*

L'établissement d'un nouveau système de relations villes-campagnes est contemporain d'une phase de la croissance caractérisée par l'accélération de

progrès technologique par l'exacerbation de la concentration financière et par la généralisation de la diffusion immédiate de l'information. Il est aussi contemporain de l'émergence, dans le monde, de conditions techniques, économiques et politiques modifiant de façon drastique les processus géographiques.

Les thèmes suivants, qui intègrent à la fois des éléments et des facteurs du nouveau système, paraissent devoir être les plus fertiles.

Premier thème:

L'évolution technologique des transports, qui a modifié fondamentalement les conditions des communications et télécommunications, commande, pour une large part, aux modifications du système de relations villes-campagne. La souplesse d'utilisation du camion, le recours à la voiture individuelle et au taxi, l'amélioration des performances de moyens de transport traditionnels, le téléphone, la radio et la télévision, ont créé une situation nouvelle, aux horizons élargis: elle rompt avec la situation traditionnelle où la proximité géographique privilégiait les relations les plus étroites. Les exemples ne manquent pas, au Brésil par exemple, de la perturbation de l'espace social traditionnel par l'irruption de la route. Dans plusieurs zones du Nordeste, l'unification du marché national de consommation par la métropole pauliste a abouti à la destruction des circuits régionaux, à l'andantissement des échanges locaux et à la ruine des centres locaux.

Mais la transformation des conditions de communications peut provoquer des mutations très différentes selon l'objet social auquel elles s'appliquent. L'évolution non-technique est déterminante.

Seconde thème:

La croissance urbaine tend à devenir un processus autopropulsé quelle que soit la taille de la ville, et donc de façon singulièrement plus démonstrative si celle-ci est petite ou moyenne, la ville tend de plus en plus à se séparer de son environnement économique et en particulier de la campagne avoisinante. Dans le système urbain, où l'impulsion vient éventuellement de l'industrie et toujours de la croissance générale et du Bâtiment, et où la demande interne assure l'essentiel des débouchés, la campagne tend à ne plus jouer qu'un rôle secondaire: elle n'est souvent plus à la base de l'alimentation du circuit économique de la ville, encore que les revenus tirés de la terre par les propriétaires fonciers soient pour une bonne part les incitateurs du marché de la construction. D'autre part, la consommation rurale est réduite (faible pouvoir d'achat) à côté d'une consommation urbaine sans cesse en expansion, tandis que la production rurale de biens perd chaque jour en valeur relative par rapport à la production urbaine de biens et services.

Troisième thème:

Au point de vue démographique, même, cette autodétermination s'affirme. L'équilibre traditionnel bascule, la croissance urbaine étant assurée par un solde naturel interne très positif; c'est désormais en elle-même que la

ville puise le premier ressort de son dynamisme démographique: la modification des structures d'âge l'explique aisément.

Quatrième thème:

Dans la campagne même, l'évolution des conditions de la production agricole favorise l'éclatement des relations villes-campagnes. Le Secteur moderne, en effet, qu'il soit assurée par des exploitations capitalistes ou des exploitations paysannes, se rattache à des circuits de commercialisation "dé-localisés", c'est-à-dire qui n'empruntent plus les itinéraires locaux. Quant au secteur traditionnel, marginalisé, l'intensité des flux qu'il détermine est faible: il ne peut affecter de façon marquante les relations avec la ville.

Sixième thème: ()*

Le déménagement des propriétaires fonciers capitalistes du centre de leur exploitation vers la grande ville proche ou plus souvent lointaine, phénomène généralisé et maintes fois décrit en Amérique Latine, appauvrit incontestablement l'un des circuits traditionnels des relations villes-campagnes. Le propriétaire campagnard, autrefois, par ses recours fréquents, établissait un lien presque permanent entre sonomaine et la ville; aujourd'hui, citadin, il se borne à effectuer, par de brefs voyages en avion ou en auto, des contrôles sur la gestion de ses terres.

Septième thème:

La diffusion des modèles culturel et idéologiques restée longtemps l'un des instruments efficaces de la domination urbaine a perdu son autonomie. La ville ne joue plus, dans ce domaine, qu'un rôle de relai, transmettant éventuellement mais plus généralement subissant, comme la campagne, l'assaut des *mass media*.

4. *Le nouveau système.*

Dans ces conditions, l'analyse classique des relations villes-campagnes et à travers elles de l'organisation spatiale risque de manquer de plus en plus souvent son objectif. Elle s'attache encore aussi bien par les méthodes descriptives traditionnelles que par les méthodes quantitatives, à mesurer les flux locaux — en particulier les flux de services — sans avoir remis en question la signification de ces flux.

Certes, ces flux augmentent souvent de volume. Pour les raisons déjà énoncées, l'"encadrement" de la campagne a motivé une croissance souvent considérable de l'effectif des fonctionnaires, des techniciens, des éducateurs, des commerçants et l'élévation du niveau des besoins ressentis — sinon l'élévation du niveau de vie provoque un recours élargi aux services. A ce point

(*) Não consta o 5º tema no original entregue (nota do revisor)

de vue, la réalité d'une structure géographiques hiérarchisée est indéniable: elle associe concrètement villes et campagnes. Mais combien peu *d'influence* passe à travers ces réseaux banals! La notion si commode de zone d'influence demande à être sérieusement remise en cause...

La réalité fondamentale des relations, loin d'être exprimée par des flux qui n'en produisent que l'apparence, se situe en définitive de plus en plus au niveau de décisions a-spatiales: fixation des prix à la production pour la vente des produits agricoles, lancement des innovations, répartition des crédits publics, travaux d'équipement, implantation d'industries, etc.

Le système des relations villes-campagnes, ne s'établit donc plus directement, sur une base locale, mais il associe un espace rural concret à un ou des centres de plus en plus abstraits. C'est ce processus qui explique évidemment la décadence de certaines villes moyennes ou petites, où la croissance des fonctions de service public n'a pu équilibrer la perte des fonctions de relais commercial. Bataillon observe par exemple, dans le Centre-est du Mexique, qu'"entre les bougades et les campagnes qui les entourent les relations de commerce et de services tendent à dépérir" et que, "en opposition avec cette décadence de la vie de relations, on assiste à un renforcement de toutes les liaisons que la capitale établit directement avec des villes ou des campagnes à plus ou moins longue distance". De son côté, J. Brisseau montre que la domination traditionnelle du Cuzco sur la zone de "ceja de montana", au Pérou, est désormais menacée par le court-circuitage des relations de tous ordres réalisé au profit de Lima ou Arequipa.

En définitive, la richesse produite par la campagne est drainée par des entreprises nationales ou internationales dont les réseaux de collecte sont en quelque sorte interconnectés, tandis que l'approvisionnement du marché de consommation campagnard dépend de firmes de plus en plus lointaines ou *plutôt* de plus en plus "centrales". La domination de la campagne, assumée par des sociétés, par des groupes, par l'Etat, n'a plus de "visage".

Il s'ensuit sans doute que les conflits sociaux tendent à se déplacer aujourd'hui du niveau local, où l'opposition traditionnelle des "peones" aux grands propriétaires est réduite peu à peu par les réformes agraires, au niveau national où la lutte des classes prend une expression politique.

Cependant, à cause de l'importance du mouvement de migration des ruraux vers les villes et de la tendance de ceux-ci à conserver avec leurs villages d'origine des relations souvent étroites, on a pu aussi parler d'un "continuum rural-urbain" et d'une ruralisation des villes qui ferait pendant à l'urbanisation des campagnes. Cette conception, née de considérations purement culturelles, ne semble pas pouvoir être admise dans le cadre d'un système global d'explications. En effet, le prétendu continuum se ne vérifié pas au niveau des structures économiques et sociales qui caractérisent certes l'ensemble social urbain-rural mais qui ne tendent pas pour autant à fondre les deux milieux de vie.

Enfin, il faut insister sur le fait que si ce nouveau système de relations villes-campagnes s'instaure progressivement, il porte en lui-même, du fait même des processus dont il est issu, un phénomène qui est sa propre contradiction: la multiplication des "marginiaux"?

La marginalisation géographique et sociale constitue en effet dans une large mesure la condition nécessaire de la croissance économique actuelle des pays sous-développés. La marginalisation géographique condamne à la misère de vastes régions dont la capacité de production ne présente pas (ou plus, ou pas encore) d'intérêt pour le capitalisme; d'où pas de diffusion des innovations, pas de travaux publics, pas d'entreprises modernes. La dégradation généralisée caractérise les lieux et les sociétés, tant à la ville qu'à la campagne.

La marginalisation sociale procède des phénomènes de concentration de la richesse et de confiscation du pouvoir et obéit aux impératifs de la croissance: asphyxie de l'artisanat et du petit commerce, expulsion des cultivateurs hors des domaines en voie de modernisation, constitution d'une armée sous-prolétarienne de réserve maintenant un marché de travail pléthorique et bien entendu, croissance démographique.

Pour Bataillon, "le sous-emploi d'une population marginale est un problème central, commun au milieu rural et à ville de Mexico". Et, partout, les agglomérations d'habitat précaire mettent en évidence cette marginalisation. Les "bidonvilles" qui bordent les grandes cités latino-américaines ont été très souvent décrits, à juste titre, comme des révélateurs du mode de rapports villes-campagnes dans la phase économique actuelle; sans doute faudrait-il joindre maintenant à cette étude celle des bidonvilles ruraux, observés par exemple dans le Nordeste brésilien ou au Vénézuéla, le long des routes fédérales et qui servent de refuge à une population expulsée par la campagne et pas encore absorbée par la ville.

Ainsi pourrait-on définir, pour conclure et à titre de première approximation, le nouveau système, le nouveau système des relations villes-campagnes dans les pays sous-développés et spécialement en Amérique latine comme un système caractérisé par:

- a) la domination directe de la campagne, "milieu" original, par les firmes et organismes centraux;
- b) la mise en marge d'espaces et de communautés jugés improductifs;
- c) l'établissement d'une hiérarchie de services appuyée sur des fonctions de proximité.

Une telle définition impliquerait une transformation radicale de l'approche géographique des phénomènes spatiaux.

B. KAISER

